



ATA N.º 98

21-07-2021

Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a nonagésima oitava reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vitor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.-----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções.

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 20 DE JULHO DE 2021: € 821 739,69.

1. JOSÉ TOMÁS LANDUM SOUDO - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente, que autorizou a emissão de licença especial de ruído para a realização de uma animação musical que se realizou no Restaurante “Casa de Monte Pedral”, em Cuba, no passado dia 10 de julho de 2021, no período compreendido entre as 21h00 e a 01h00. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

2. VANDA CRISTINA RATO MATA PINTOS - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. --

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente, que autorizou a emissão de licença especial de ruído para a realização de um jogo de cultura geral “Dr. Why Portugal” que se realizou no Parque Manuel de Castro, junto ao Bar do Coreto, no dia 10 de julho de 2021, no período compreendido entre as 21h00 e as 00h00. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

3. ANDREIA FILIPA PÔLA PIRES. PEDIDO DE PAGAMENTO DE RAMAL DE LIGAÇÃO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. -----

Solicita a Sr.ª Andreia Filipa Pôla Pires, a possibilidade de poder proceder ao pagamento de um ramal de ligação de água em 4 prestações mensais, uma vez que devido ao esforço financeiro que fez com a aquisição do imóvel não consegue liquidar a totalidade.

De acordo com o disposto no n.º 10 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços, poderá ser autorizado, a requerimento do devedor que não possa cumprir integralmente e de uma só vez a taxa devida em cada processo, e quando o respetivo valor for igual ou superior a € 200,00, o seu pagamento em prestações iguais, não podendo a última ir para além de um ano a contar da data em que a prestação tributária se mostre devida, implicando a falta de pagamento de uma prestação o vencimento de todas as outras. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão possibilitando o pagamento nos termos propostos pela requerente. -----

4. MARIA GERTRUDES PATARATA DOS SANTOS. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE DÍVIDA DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E REFEIÇÕES. -----

Solicita a Sr.ª Maria Gertrudes Patarata dos Santos, encarregada de educação do Kevin Tirapicos Remanga, o pagamento das mensalidades de CAF e refeições, que tem em dívida no valor de 214,44, em 5 prestações mensais, alegando indisponibilidade financeira. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão possibilitando o pagamento nos termos propostos pela requerente. -----

5. FRANCISCO ANTÓNIO PREGO PARRANÇA. DESISTÊNCIA DE OCUPAÇÃO DE PADARIA NO MERCADO MUNICIPAL DE CUBA. -----

Solicita o Sr. Francisco António Prego Parrança, a desistência da ocupação do lugar da padaria no Mercado Municipal de Cuba, a partir do mês de Agosto de 2021. -----

De acordo com o disposto no artigo 32.º do Regulamento do Mercado Municipal, o titular do direito de ocupação de lugares no mercado municipal, pode cessar o contrato mediante renúncia, com a antecedência mínima de 30 dias sobre a data em que produzir os seus efeitos. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aceitar o pedido do requerente e considerar o lugar vago a partir do próximo mês de agosto. -----

6. COMISSÃO CONCELHIA DE CUBA DA CDU. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO E APOIO TÉCNICO NO ÂMBITO DAS AUTÁRQUICAS 2021. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Vice-Presidente que deferiu o pedido da Comissão Concelhia da CDU, referente à cedência de equipamento e apoio técnico para a realização de iniciativa de apresentação das listas para as eleições autárquicas 2021, que teve lugar no Jardim de Vila Ruiva no passado dia 10 de julho de 2021. – A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

7. COMISSÃO CONCELHIA DE CUBA DA CDU. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO E APOIO TÉCNICO NO ÂMBITO DAS AUTÁRQUICAS 2021, PARA INICIATIVA NO DIA 10 DE JULHO DE 2021. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Vice-Presidente que deferiu o pedido da Comissão Concelhia da CDU, referente à cedência de equipamento e apoio técnico para a realização de iniciativa de apresentação das listas para as eleições autárquicas de 2021, que teve lugar no Espaço multiusos em Albergaria dos Fusos no passado dia 11 de julho de 2021. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

8. ALTERAÇÃO Nº 7 AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2021. -----

Foi presente à Câmara a Informação Reg.º n.º 10084, dos Serviços Financeiros, cujo teor se transcreve: -----

"A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192/2015, " As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial". -----

Na alteração n.º 7 o orçamento da receita foi modificado, em virtude de serem corrigidas as previsões relativas a candidaturas CEI+. -----

No orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com comunicações, seguros, juros de locação financeira, outros juros, serviços bancários, locação de outros bens, comunicações, formação, gasolina, alimentação – géneros p/ confeccionar (refeitório municipal),conservações, impostos e taxas, e aquisição de bens e serviços diversos. A nível das despesas com o pessoal, foram efetuados ajustamentos em encargos com a saúde, contribuições para a segurança social, trabalho extraordinário e outros suplementos e prémios. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2005/15 -O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação de locação financeira (procedimento de aquisição de uma varredoura);

02 244 2002/32- O reforço ocorreu para fazer face a aquisição de uma bomba de extração de águas;

02 211 2008/17 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face à subscrição " Plataforma Escola Virtual);

02 251 2018/4 ação2- O reforço ocorreu para fazer face a trabalhos complementares relacionados com a empreitada do Polivalente de Vila Ruiva;

02 252 2020/2- O reforço ocorreu para fazer face a trabalhos complementares relacionados com a empreitada do Campo de Futebol de Faro do Alentejo;

03 331 2002/61 ação 1-O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de inertes e massas frias.

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projetos:

02 232 2014/5002 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a futuras transferências relacionadas com o projeto ;

02 232 2014/5014 ação 1-O reforço ocorreu para fazer face a novas candidaturas e renovações do IEFP ;

02 232 2019/5002 ação 1 subação 3- O reforço ocorreu para fazer face às transferências equacionadas com a ANCS ;

02 252 2002/5040 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação de protocolos desportivos;

02 252 2002/5041 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a arbitragem do torneio de futebol 5 concelhio de 2021;

04 420 2002/5028 ação 3-O reforço ocorreu para fazer face a transferências relacionadas com novas candidaturas do IEFP;

04 420 2002/5061 ação 1-O reforço ocorreu para fazer face à transferência entre rubricas (transferência para a AMCAL , comparticipação de gerador insonorizado).

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou a alteração. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

9. ALTERAÇÃO Nº 8 AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2021. -----

Foi presente à Câmara a Informação Reg.º n.º 10590, dos Serviços Financeiros, cujo teor se transcreve: -----

“A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192/2015, “ As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial”. -----

Na alteração n.º 8 ,no orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com deslocações e estadas, vestuário e artigos pessoais, combustíveis e lubrificantes -outros, aquisição de bens de limpeza e higiene, material de transporte-peças e outro material -peças, ferramentas e utensílios, conservação de bens, seguros, e aquisição de bens e serviços diversos. A nível das despesas com o pessoal, foram efetuados ajustamentos em encargos com a saúde, seguros, contribuições para a segurança social, trabalho extraordinário, subsídio de turno e outros suplementos e prémios. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2002/4 -O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de projetores de chão (rotunda dos bombeiros);

02 251 2002/44- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um aparelho de ar condicionado para o Pavilhão de Exposições de Cuba;

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projetos:

01 121 2020/5008 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesas relacionadas com o projeto (fatos descartáveis) ;

02 251 2020/5011 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com trabalhos relacionados com a impressão do livro “cante e tabernas”;

04 420 2002/5028 ação 2-O reforço ocorreu para fazer face a transferência de capital (extra -protocolo) para a Junta de Freguesia de Vila Ruiva;

04 420 2002/5061 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o projeto.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a alteração n.º 8 ao Orçamento e GOP's de 2021. -----

10. JOAQUIM INÁCIO ARAÚJO GAVIÃO. PEDIDO DE APOIO PARA EDIÇÃO DE LIVRO DE POESIA . -----

Vem o munícipe Joaquim Inácio Araújo Gavião, conhecido poeta popular do nosso concelho, aferir da viabilidade da autarquia lhe prestar apoio financeiro na edição de um livro de poesia que tem em condições de enviar para remeter para uma gráfica que

legitimará a sua edição e publicitação. Vide doc. n.º 1. -----

Quid Juris? -----

Como é consabido, uma das atribuições da autarquia é a promoção do Património e da Cultura Local, conforme inserto na alínea e) do n.º 2 do art.º 23.º da Lei n.º 75/20213, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

No caso sub judice o poeta popular com residência há décadas em Cuba pretende o apoio de 615€, valor correspondente aos custos na gráfica com a edição de 100 livros, num montante de 500€, acrescidos de IVA a 23%. Vide doc. n.º 2. -----

Se o entendimento da Câmara for no sentido de atribuir o apoio financeiro, damos conhecimento que existe cabimento para tal despesa, anexando-se para o efeito a Ficha de Cabimento n.º 36236. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - No âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea t) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à divulgação do património cultural local, em articulação com o art.º 3.º n.º 2 al. a) do Regulamento de Apoios Financeiros e Não financeiros em vigor no Município determinar suportar diretamente junto da gráfica o pagamento dos 615€ (seiscentos e quinze euros) inerentes aos custos da edição com o livro de poesia da autoria do Município Joaquim Inácio Araújo Gavião. -----

2.º - Dar conhecimento da presente deliberação ao requerente e determinar aos Serviços Financeiros que procedam em conformidade. -----

11. JOSÉ MARIA CARVALHO SECO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE RAMAL DE LIGAÇÃO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. -----

Solicita o Sr. José Maria Carvalho Seco, a possibilidade de poder proceder ao pagamento de um ramal de ligação de água em 10 prestações mensais, uma vez que o único rendimento que tem é uma pequena reforma que não lhe permite liquidar a totalidade. -----

De acordo com o disposto no n.º 10 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços, poderá ser autorizado, a requerimento do devedor que não possa cumprir integralmente e de uma só vez a taxa devida em cada processo, e quando o respetivo valor for igual ou superior a € 200,00, o seu pagamento em prestações iguais, não podendo a última ir para além de um ano a contar da data em que a prestação

tributária se mostre devida, implicando a falta de pagamento de uma prestação o vencimento de todas as outras. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão possibilitando o pagamento nos termos propostos pelo requerente. -----

12. TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE VILA RUIVA NO ÂMBITO DO PROTOCOLO ESTABELECIDO ENTRE AS PARTES PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO LARGO DA FONTE E LAVADOURO. CANDIDATURA PDR2020 – OPERAÇÃO 10.2.1.6 – RENOVAÇÃO DE ALDEIAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 44/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve: -----

“Como é consabido, foi estabelecido um protocolo com a Junta de Freguesia de Vila Ruiva, com o intuito de executar o projeto de reabilitação do Largo da Fonte e Lavadouro, que aquela autarquia candidatou ao PDR2020. -----

Visando a conclusão financeira da empreitada falta liquidar ao empreiteiro a última das faturas no valor de 69.901,50€ (sessenta e nove mil, novecentos e um euros e cinquenta cêntimos). -----

Ocorre que, no âmbito do PDR não é exequível o reembolso de despesas contra fatura, pelo que será necessário efetuar primeiro o pagamento ao empreiteiro para depois poder solicitar o reembolso de 80% desse valor. -----

Nesse sentido, a Junta de Freguesia de Vila Ruiva fez-nos chegar o documento em anexo. Vide doc. n.º 1. -----

Quid Juris? -----

Como é consabido, cabe à Assembleia Municipal no âmbito da alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias. -----

No entanto, regista-se que no decurso de 2021, em concreto na sessão de 26 de fevereiro, a Assembleia Municipal legitimou a Câmara Municipal a efetuar apoios esporádicos às Juntas de Freguesia, ficando esta última com o ónus de na 1.ª sessão de 2022, reportar os apoios concedidos. -----

No caso sub judice, a transferência não é efetuada a título definitivo no que concerne à sua globalidade, porquanto a freguesia quando for reembolsada dos 80% do valor da

fatura, entregará esse montante à Câmara Municipal, serviço o presente expediente apenas para tornar exequível o pagamento ao empreiteiro visto a Junta de Freguesia não ter liquidez de tesouraria para fazer face ao mesmo. -----

Ressalva-se então que a comparticipação a título definitivo por parte da Câmara Municipal corresponde apenas a 20% do valor da fatura e tem por base o protocolo celebrado entre as duas autarquias. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - No âmbito das competências que lhe são cometidas pela autorização concedida pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 26 de fevereiro de 2021, determinar transferir para a Junta de Freguesia de Vila Ruiva o montante de 69.901,50€ (sessenta e nove mil, novecentos e um euros e cinquenta cêntimos), visando liquidar ao empreiteiro a última das faturas do projeto de reabilitação do Largo da Fonte e Lavadouro, que aquela autarquia candidatou ao PDR2020; -----

2.º - Registrar que a transferência agora determinada apenas ocorre porque em sede do PDR não existe possibilidade de efetuar pedidos de pagamento contra fatura e a Junta não dispõe de liquidez de tesouraria para efetuar o pagamento da mesma, e depois disso, sim efetuar o pedido de reembolso à entidade competente; -----

3.º - A Junta de Freguesia de Vila Ruiva após receber do PDR o desembolso da fatura aqui mencionada fica com o ónus de entregar na Câmara esse montante, pelo que a esta última apenas caberá suportar na íntegra 20% do valor da fatura em conformidade com o protocolo outorgado para a execução do projeto. -----

4.º - A operacionalização da presente deliberação fica condicionada à aprovação da Alteração n.º 8 ao Orçamento Municipal de 2021, pelo que os Serviços Financeiros deverão levar esse facto em consideração. -----

13. ELOSUA PORTUGAL, PRODUTOS ALIMENTARES, S.A. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM- PLANTAÇÃO DE AMENDOAL. PRÉDIOS N.ºS 1-A E 2-B FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO. -----

Vem a requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa à plantação de amendoal, a levar a cabo nos prédios acima identificados, numa área de 145h. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação E2612, do Serviço de Urbanismo, deliberou certificar o seguinte: -----

"Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido em *Áreas com Aptidão agrícola dominante* -----

De acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo plano, há interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) na globalidade da área e de REN (Reserva Ecológica Nacional); -----

Ao tratar-se de uma ação agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos poder haver enquadramento no art.º 86º do regulamento do PDM; -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respetivo regime jurídico, atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 96/2013 de 19 de Julho, que estabelece que nas áreas incluídas na REN *são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal*. Excetuando-se os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas incluídas em REN. Consideram-se compatíveis com os objetivos mencionados no número anterior os usos e as ações que cumulativamente: -----

- Não coloquem em causa as funções das respetivas áreas, nos termos do Anexo I; e ----
- Constem do Anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como: -----

i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou -----
ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia. -----

De acordo com o atrás referido, e tendo em consideração as ações agrícolas de amendoal nos termos do disposto no artigo 20.º e respetivo Anexo II do regime da REN, poderá haver necessidade de comunicação prévia à CCDRA; -----

Tendo ainda em consideração o disposto no Decreto-Lei n.º 152-B/2017 de 11 de Dezembro, que altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, estará

a pretensão presumivelmente dependente de projeto de avaliação ambiental, facto que deverá ser confirmado pela Agência Portuguesa do Ambiente; -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). -----

14. H. TEIXEIRA & C.A., LDA. EMPREITADA DE REVITALIZAÇÃO DA RUA DE SERPA PINTO, LARGO CÓLON E ZONA ENVOLVENTE LOTE 2, EM CUBA. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO GRACIOSA. -----

Solicita a empresa H. Teixeira & C.A., LDA, a prorrogação graciosa da Empreitada de revitalização da Rua de Serpa Pinto, Largo Cólón e Zona Envolvente Lote 2, em Cuba, por mais 90 dias. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atribuir a prorrogação graciosa nos termos do art.º 13.º do DL .º 6/2004, de 6 de janeiro. -----

15. SANDRA MANUELA FIGUEIRA HELENO SERRANO. PROCESSO N.º 22/2021. LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE ALPENDRE E APOIO AGRÍCOLA. ART.º 20, SECÇÃO G, EM CUBA. -----

Vem a requerente solicitar a aprovação do licenciamento das construções existentes, através da apreciação do processo de Legalização em título. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica e ao abrigo do n.º 102-A, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou proceder à legalização da operação urbanística. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10,30 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

